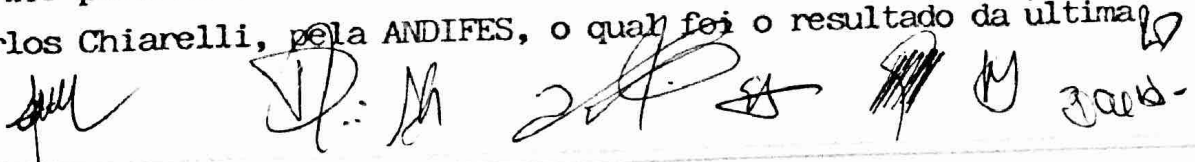


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

ATA DA 103ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, DIA 14/06/91, SEXTA-FEIRA, ÀS 15:00 HORAS.

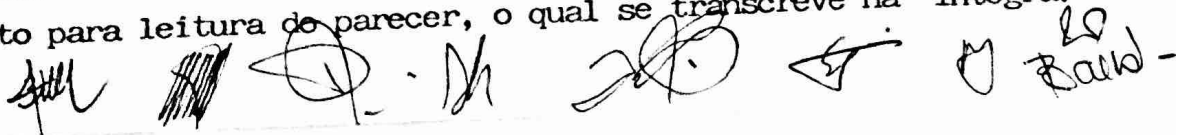
Às quinze horas do dia quatorze de junho de mil novecentos e noventa e um, reuniram-se, na sala de reuniões do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, conforme registro de assinaturas no livro de presença, os Conselheiros: Prof. Herbert Meschessi Duarte, representante da Secretaria Nacional de Educação Superior; Prof. Aristides Rabelo de Vasconcelos, representante da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica; Prof. Jayme de Andrade Peconick, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Prof. Eustáquio Pinto de Assis, Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães, Mary Márcia Balbi Viana, Marcos Ribeiro Scalon, representantes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, sob a presidência do Prof. Wilton da Silva Mattos. Abrindo os trabalhos e feitos os cumprimentos de praxe, o Sr. Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada, sem emendas, por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente disse: - "Nós temos uma pauta que prevê quatro itens e eu estou propenso a discutir apenas o primeiro, que se refere à homologação da Lista Sêxtupla, os outros assuntos ficarão para uma próxima reunião, ainda sob a égide deste Conselho, uma vez que, no dia 07/07/91, encerra-se o mandato destes membros e, além disso, eu tenho um assunto que eu gostaria de que fosse discutido por este Conselho. Trata-se da reforma do Estatuto do Diretório Acadêmico, cujo trabalho se iniciou com estes membros e eu acho que vale a pena se encerrar com vocês. Então, eu estou prevendo, depois desta, uma outra reunião, se possível ainda este mês para discutirmos todos os assuntos pendentes. Assim sendo, eu gostaria de propor aos Senhores a inversão da pauta, passando primeiramente às minhas comunicações. Proposição aceita, por unanimidade. Continuou: "Em primeiro lugar eu quero dizer destas situações que estão correndo por aí, das greves, campanha salarial, etc. Eu gostaria de ler para os Senhores um ofício que foi enviado ao Ministro Carlos Chiarelli, pela ANDIFES, o qual foi o resultado da última



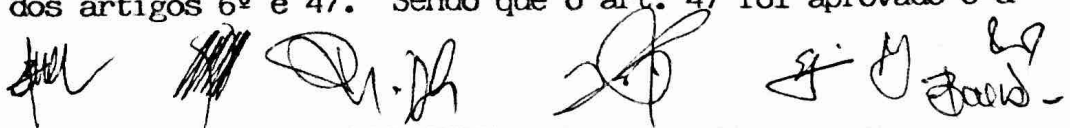
reunião, realizada nesta semana, em Brasília. Senhor Ministro. Instados pela gravidade do momento que vive a Instituição Federal de Ensino Superior, vimos até V.Exa. com clara consciência de que é preciso não deixar que este momento produza maiores males que os já produzidos. A nosso ver, Sr. Ministro, a situação salarial do corpo docente e técnico-administrativo das IFES é insustentável e grave a sua repercussão na vida de nossas Instituições. Por isso, gostaríamos de ressaltar a premência da intensificação das negociações, que envolvam a discussão das propostas com as entidades representativas dos professores e técnico-administrativas ANDES e FASUBRA, sem prejuízo das estruturas de carreira contidas no PUCRCE. A ANDIFES, uma vez mais, quer afirmar sua disposição de colaborar com esse Ministério e com a Comunidade Acadêmica na busca de soluções que evitem um impasse. atentamente. ass. Vanessa Guimarães Pinto. Presidente da ANDIFES. Terminada a leitura, o Sr. Presidente disse que na segunda-feira, dia 17/06/91, haveria uma reunião plenária da ANDIFES, para avaliação dos resultados a que chegaram na reunião anterior, para na terça-feira entregarem ao Ministro da Educação o documento final da avaliação. "Como eu comentei, na reunião passada, julgava pertinente que este Conselho Diretor do CEFET/MG devesse se manifestar, formalmente, em cima desta realidade que está aí, ou seja, que nós marcássemos uma posição política, até para que esse Conselho não fique numa situação bastante incômoda perante o quadro nacional. Em seguida, o Sr. Presidente fez leitura do documento, que a seguir transcrito: Manifestação do Conselho Diretor do CEFET/MG a ser enviado ao Ministério da Educação. Considerando a gravidade do momento vivido pelas Instituições Federais de Ensino, no tocante à carência de recursos para a manutenção de suas atividades essenciais e até elementares, e à insustentável situação salarial de seus servidores, em especial, o achatamento salarial, o que vem causando graves repercussões no desenvolvimento das atividades das IFES, urge que tal situação seja o mais breve possível solucionada pelo Ministério da Educação que deverá buscar o apoio das entidades representativas das categorias envolvidas - ANDIFES, ANDES e FASUBRA, inclusive com o respaldo dos integrantes do Po

 20
Bald.

der Legislativo. Espera-se que soluções sejam encontradas e o ensino volte a ser ministrado com a tranquilidade desejada e a dignidade almejada pela comunidade acadêmica. Belo Horizonte, 14 de junho de 1.991. Após leitura, o mesmo foi aprovado, devendo o Sr. presidente divulgá-lo a toda comunidade. Continuando, disse que o Conselho de Ensino, em sua reunião do dia anterior tomou posição similar, divulgando, também um documento, o qual foi lido pelo Cons^o Prof. Luiz Fernando, transcrito, a seguir: "Manifestação do Conselho de Ensino ao Presidente do Conselho Diretor. Face ao momento que a Educação Brasileira e todos os seus representantes vivemos; face ao plano de privatização das escolas públicas e desmantelamento de nossas instituições - fatos esses clarificados através da atitude de total descuido e desconhecimento das reivindicações dos servidores públicos federais - o Conselho de Ensino, em sua 61ª Reunião Ordinária, realizada em 13/06/91, manifestou por unanimidade o seu apoio ao Ato Coletivo, aprovado em Assembléia Geral dos Professores e Funcionários, programado para o dia 17/06/91, dentro de seu objetivo de manifestação pacífica em prol da Defesa da Qualidade do Ensino no Brasil e Valorização de seus Profissionais. Belo Horizonte, 13 de junho de 1.991. Ass. Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães - Presidente do Conselho de Ensino". Continuando com seu pronunciamento, o Sr. Presidente falou sobre a sua preocupação com o quadro político, quanto ao aumento salarial dos servidores públicos federais. Disse, também, que, voltando de Brasília, trará ao Conselho informações sobre o andamento de tudo que lá ocorrer. "Eram essas Srs. Conselheiros as minhas comunicações", encerrou. Antes de passar à ordem do dia, o Cons^o prof. Luiz Fernando apresentou ao Plenário uma Resolução, aprovada pelo Conselho de Ensino, para homologação do Conselho Diretor, alterando o Calendário Escolar de 1991, no que diz respeito à mudança da data do XXXIV Seminário de Graduação de Técnicos Industriais. Após explicação do Conselheiro do porquê da alteração, a homologação foi unânime. Em seguida, o Sr. Presidente passou ao assunto primordial da reunião, a homologação da Lista Sêxtupla. Eram relatores do processo, os Conselheiros Eustáquio Pinto de Assis e Marcos Ribeiro Scalon. A palavra foi passada ao Prof. Eustáquio Pinto para leitura do parecer, o qual se transcreve na íntegra:

A series of handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, several smaller initials, and a signature that appears to be 'E. Pinto'.

"Sr. Presidente. Srs. Conselheiros. O Processo em pauta é composto de 3 volumes, a saber: VOLUME I - Lista Sêxtupla - Relatório Final, constando de documentos, quadros e atas de todo o processo eleitoral, inclusive os quadro finais da eleição. VOLUME II - Lista Sêxtupla - Relatório Final, constante de folhas de presença dos eleitores - credenciais de fiscais - Boletim Informativo da Comissão Eleitoral. VOLUME III - Lista Sêxtupla - Relatório Final, constando dos currículos dos candidatos e todo o material eleitoral distribuído pelos mesmos ao eleitorado. É importante salientar que, no volume I, na folha 129, item 6 (seis) do relatório final da Comissão, consta que o processo eleitoral é composto por 2 volumes. Análise - VOLUME III - Notamos a ausência de documentação comprobatória das informações nos currículos de todos os candidatos. VOLUMES I e II - segundo atas constantes no processo, os trabalhos eleitorais transcorreram, desde o início até o final da eleição, dentro da normalidade. Para a transparência no resultado das eleições, anexamos os quadros demonstrativos, a saber: 1 - SERVIDORES/DOCENTES/TEC.AMDINISTRATIVOS - CAMPI I - II - III - 2 - DISCENTES - CAMPI I - II - III. Sr. presidente e Senhores Conselheiros. Face ao resultado geral das eleições, foram eleitos no processo democrático para compor a "Lista Sêxtupla", na ordem de votação, os seguintes candidatos: 1º - Prof. Carlos Alexandrino dos Santos, com 322 votos totais; 2º - Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães, com 259 votos totais; 3º Prof. João Bosco Laudares, com 122 votos totais; 4º Prof. Edmar Mendes Silva, com 56 votos totais; 5º - Prof. José Raimundo da Luz, com 55 votos totais; 6º - Prof. Antônio José Prata Amado da Silva, com 43 votos totais. Ao final deste relato, salientamos o excelente trabalho desenvolvido pela Comissão em todo o processo eleitoral. Belo Horizonte, 14 de junho de 1991. ass. Prof. Eustáquio Pinto de Assis e Marcos Ribeiro Scalon". Os quadros relatados pelos Conselheiros fazem parte integrante desta ata. Após leitura, o Sr. Presidente colocou a palavra franca para quem dela quisesse fazer uso. O primeiro a se manifestar foi o representante discente, Marcos Ribeiro Scalon que assim se expressou: - "Quando da reunião deste Conselho para a aprovação do Regulamento/Organização da Lista Sêxtupla, propusemos a alteração dos artigos 6º e 47. Sendo que o art. 47 foi aprovado e a

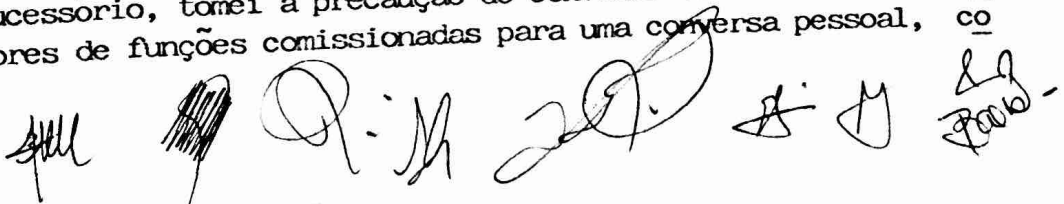


nova redação suprimiu os 5%. Já no art. 6º, fomos derrotados pela maioria e uma abstenção. A real proporcionalidade dos votos não foi aceita. Era uma proposta discriminatória. Com o resultado das eleições, veio à tona o problema. Alunos menores de idade, sem nenhuma praticidade política, facilmente manipulados e influenciados decidiram a eleição, isto é notório no quadro do Anexo II do relato apresentado pelos relatores do processo. Proponho ao Conselho que passem essa idéia para os próximos Conselheiros, para que não caíamos no mesmo erro. Esperamos que nas próximas elaborações da regulamentação da Lista Sêxtupla seja sanado este problema. Propomos, também, que seja dado o voto de qualidade, apresentação da documentação comprobatória de cada candidato e que sejam apresentados os custos e as fontes da tão esbanjadora campanha. Como somos uma entidade de 3º grau, esperamos que nosso Diretor-Geral tenha as qualidades para dirigir esta Casa dentro da mais plena ordem, sem prejuízo das nossas atividades acadêmicas". Em seguida, o Prof. Herbert Meschessi Duarte elogiou o trabalho da Comissão Eleitoral, bem como o parecer dos relatores, pela transparência da análise feita, principalmente quanto aos quadros, anexos I e II. Disse, também, que concorda plenamente com o Consº Marcos Scalon. Continuando, disse: - "Não posso, também, deixar passar a oportunidade de mencionar que nós, docentes do 3º grau, somos uma minoria e já percebemos que não levamos nenhuma vantagem, a exemplo do que foi dito agora pelo colega Conselheiro, a respeito dos alunos do 3º grau. Entretanto, é graças a essa minoria, ao ensino de 3º grau, que o CEFET, hoje, tem um nome e desfruta de um renome, sem nenhum demérito para com o ensino de 2º grau, pois a Escola Técnica é uma Escola Técnica, rainha das Escolas. Nós, professores, temos consciência disso e o Sr. Diretor-Geral sabe de nossas preocupações. Eu, até certo ponto, sem falsa modéstia, inspirei algumas pessoas no sentido de auxiliarem na direção desta Casa e elas o fizeram bem. Então é preciso que haja, também, uma certa proporcionalidade, que permita a algum de nossos colegas do 3º grau que deseje vestir a camisa do CEFET, alcançar a Direção Geral, como é o caso do nosso Presidente, Prof. Wilton da Silva Mattos. Com isso, teremos a chance, não de sufocar uma idéia do 2º grau, mas de tornar o CEFET uma casa onde todos possam respirar oxigênio puro e a cujas condições, maiores todos possam

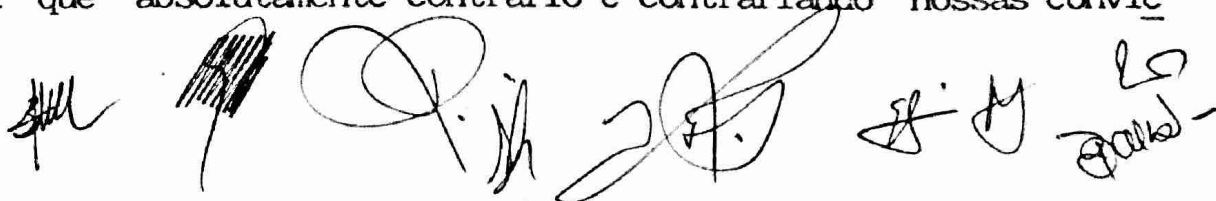
Bark

sam aspirar indistintamente". O Cons^o Aristides Rabelo de Vasconcelos assim se expressou: - "O processo eleitoral desenvolveu-se dentro de uma democracia incontestável. Houve discussão, houve apresentação de candidatos, a votação foi livre, mas não é assim que eu penso as coisas, eu, quando houve a transformação da possibilidade de o Diretor-Geral indicar a Lista Sêxtupla em favorecimento de a própria comunidade indicar por meio de eleição, neste Conselho, que eu, porventura estava dirigindo naquele dia; eu fui contra, eu não vejo razão para que um Diretor-Geral abra mão do último privilégio de sua gestão que é exatamente indicar a Lista Sêxtupla, em favor da comunidade. Então eu não sou favorável à eleição. Eu sou favorável a que o Diretor-Geral prepare o seu substituto durante os quatro anos de gestão e depois apresente aqueles seis que ele achar melhor para prosseguir com os destinos da Casa. Como muito bem pregou nosso Companheiro, Luiz Fernando, em sua campanha, não se trata de continuísmo, trata-se de continuidade, o continuísmo é simplesmente o desejo da vaidade, enquanto que a continuidade é o desejo de apresentar a permanência do ideal, a permanência do destino para que a Casa chegue às funções para as quais ela foi criada. Não obstante, a grandiosidade do espírito dos Diretores desta Casa abriu mão do seu privilégio de indicar os seus sucessores, e abriu mão em favor de uma eleição democrática. Assisti a alguns debates, debates de bom nível, de pessoas que se interessam pelo desenvolvimento da Casa, conhecem a administração, então para mim a eleição foi ótima, não tem nada que manche qualquer de seus aspectos e para mim o Conselho deve homologar as eleições, tão limpas que elas foram e foram limpas, naturalmente, pela Direção maior que é o Diretor-Geral e Presidente deste Conselho, que abriu a Casa, os livros da Casa, os problemas da Casa a todos os candidatos, isto é formidável. O problema pessoal é que eu não aceito eleições para indicação da Lista Sêxtupla, acho e torno a dizer que é um privilégio do Diretor Geral, escolher o seu sucessor, tanto é que o Ministério não abriu mão da escolha final ser do Ministro". O Cons^o Prof. Jayme de Andrade Peconick, disse: - "Eu concordo com tudo que foi dito. Não vejo o que acrescentar nem o que tirar, principalmente quanto à colocação feita pelo representante discen

te. É viável o que ele disse sobre a proporcionalidade de votos que propôs, quando da aprovação do Regulamento e foi derrotado. Nós achávamos que todos os alunos deveriam participar igualmente, mas, hoje, ponderando as palavras do aluno, eu acho que realmente é preciso qualificar quantitativamente o voto dos alunos, principalmente daqueles de curso superior. Como disse o Cons^o Marcos Scalon, os alunos de 3º grau estão chegando para a vida profissional, estão enfrentando as dificuldades, sendo que os alunos de 2º grau são garotos de faixa etária entre 15/16 anos, que estão iniciando agora suas vidas". Terminadas as palavras dos Conselheiros, o Sr. presidente se manifestou dizendo: - "Eu gostaria de fazer um pequeno retrospecto, inclusive assumir a inteira responsabilidade pela forma de consulta que estabelecemos para minha sucessão. Quando da homologação das regras da eleição, eu disse que me sentiria absolutamente à vontade para não fazer nenhuma proposta de modificação, até porque elas tinham sido as regras com as quais eu disputei. Mesmo quando daquela disputa, eu já tinha plena certeza dos riscos que ela trazia e ela só não se deu mal, no meu processo, porque foi a primeira vez. Obviamente, que na aplicação de um processo pela segunda vez surgem as possíveis frestas, arestas e manipulações decorrentes de quatro longos anos para elucubrações e manipulações. E eu não tinha nenhuma dúvida de que nós iríamos amargar alguns problemas. Eu tinha uma esperança, ainda que muito remota de que pudéssemos, ter por parte da ASCEFET e ADCEFET ou de outros Conselhos, uma proposta de alteração deste regime. Por outro lado, tivemos circunstâncias políticas que pesaram também nessas modificações. Aconteceram alguns fatos que são importantes que eu devo informar aos Senhores para ficarem na história do CEFET/MG. Obviamente, ainda que não seja por vontade pessoal, mas por vontade institucional, eu acho que cabe uma filosofia democrática, que sempre procurei trilhar em minha administração e uma das preocupações que tive ao longo deste período foi não omitir quanto à garantia de certa continuidade de filosofia de trabalho no CEFET. Quando da proximidade da discussão do processo sucessório, tomei a precaução de convidar todos os meus detentores de funções comissionadas para uma conversa pessoal, co-



mo fiz, também, com alguns dos Conselheiros. Nessas conversas houve uma avaliação, no sentido de verificar a pretensão, a possibilidade ou disponibilidade de algum desses companheiros se candidatar ao processo sucessório, pedi, inclusive, nessas conversas, que a consulta se estendesse às chefias imediatas. Entretanto nenhum dos detentores de função comissionada se mostrou desejoso de candidatar-se. Numa reunião posterior, com a presença de praticamente todos os FC's, coloquei que, embora não houvesse interesse de ninguém, alguém teria de ir para o sacrifício. Com muito custo, conseguimos convencer duas pessoas: o Prof. Gilberto Sotó Mayor e o Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães, e este último foi convencido a ser o continuador da filosofia de trabalho desta direção, tornando-se o primeiro a se candidatar. Logo após, se inscreveram mais oito candidatos, num espaço de horas, desses nove, cinco pertencem à administração, como: Prof. Carlos Alexandrino, Prof. Edmar Mendes, Prof. João Bosco, Profª Letícia Souza Lima e Prof. Luiz Fernando, todos detentores de cargos. Se fizemos um exercício aritmético, somando os votos desses cinco candidatos, nós vamos poder verificar que isso beira perto de 90% dos votos globais. Isto para mim foi uma grande vitória, porque, em que pese serem candidatos oposicionistas eles referendaram a administração. Isto levantou algumas preocupações, principalmente com o caráter ético dessas pessoas, porque se eu não fui ético em algum momento, eu realmente o desconheço. Eu tenho procurado ser absolutamente ético nas posturas que adoto como Diretor. Eu dei a chance a cada um desses elementos, eu questionei pessoalmente para eles me dizerem da intenção ou não de disputar o processo sucessório, obviamente, eu excluí a oposição, porque no meu vernáculo oposição é oposição, ela é clara, oposição tem peculiaridades intrínsecas que não permitem você ser surrealista. Quando da minha campanha sucessória, eu era detentor de uma função, mas eu mantive uma postura ética, inclusive de tomar a defesa da Diretoria, ainda que discordando do antecessor, fui o único que, de público, defendi a administração, para manter o nível, a ética do processo sucessório, ainda que absolutamente contrário e contrariando nossas convic

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a small signature, a scribble, a large circular signature, a signature that appears to be 'L.F.', another signature, and a signature that looks like 'L.S.' with a horizontal line underneath.

ções, mas por um dever de ofício e de obrigação e lealdade. E em nenhum momento esses cinco candidatos, - à excessão do Prof. Luiz Fernando, por ele estar fora, porque não foi por vontade dele, foi pressão nossa, e obviamente que esta pressão virou sua vontade - me pediram apoio ou me procuraram pedindo orientação, ajuda, ou para discutir questões. Eles se consideraram competentes para alçar vôo próprio. Com isto, eu me sinto muito à vontade para levar ao Ministro da Educação o ofício contendo o parecer dos relatores, bem como os quadros sinóticos e os currículos dos candidatos e para dizer ao Ministro qual candidato é melhor para o CEFET/MG, mostrando que os quadros quantitativos e qualificativos revelam que candidato ganhou entre os servidores técnico-administrativos, docentes e discentes (3º grau). Se o Conselho achar que não devo dizer nada, somente entregar os documentos, assim será feito. Colocada a observação do Sr. Presidente em discussão, o Plenário homologou o resultado das eleições, bem como o parecer dos relatores e os quadros demonstrativos e apoiaram o Sr. Presidente para que informasse ao Ministro qual a melhor opção para a Instituição. Como nada mais havia a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, às 17:40 minutos, agradecendo a presença de todos e determinando que eu, Belmira Augusta Martins, Secretária do Conselho Diretor, lavrasse e datasse a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Conselheiros e por mim depois de lida e aprovada. Belo Horizonte, 14 de junho de 1991.


Handwritten initials:
 jul
 Bona
 M
 gj
 15

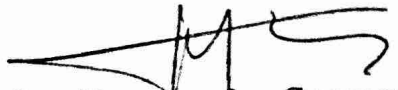
~~Prof. Wilton da Silva Mattos~~
 Presidente do Conselho Diretor

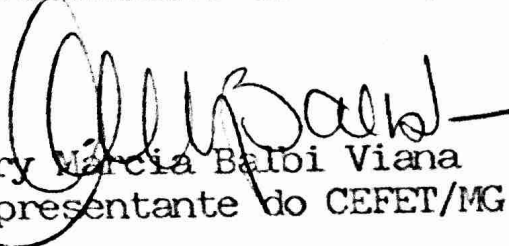
Prof. Herbert Meschessi Duarte
 Representante da SENESU

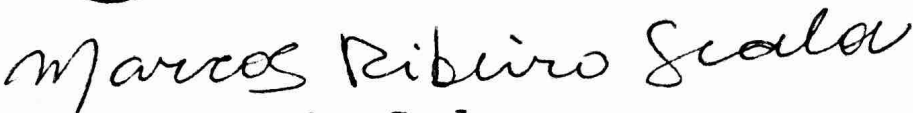
Prof. Aristides Rabelo de Vasconcelos
 Representante da SENETE


Prof. Jayme de Andrade Peconick
 Representante da FIEMG


Prof. Eustáquio Pinto de Assis
Representante do CEFET/MG


Prof. Luiz Fernando Gomes Guimarães
Representante do CEFET/MG


Mary Márcia Baloi Viana
Representante do CEFET/MG


Marcos Ribeiro Scalon
Representante do CEFET/MG


Belmira Augusta Martins
Secretária do Conselho Diretor